

**HABEAS CORPUS Nº 547.974 - PR (2019/0353769-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO JORGE MUSSI**  
**IMPETRANTE** : **ANDRE LUIS PONTAROLLI**  
**ADVOGADO** : **ANDRÉ LUÍS PONTAROLLI - PR038487**  
**IMPETRADO** : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**PACIENTE** : **L C P (PRESO)**  
**INTERES.** : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em benefício de L C P apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná no julgamento do Recurso em Sentido Estrito n. 0001428-70.2018.8.16.0129.

Depreende-se dos autos que o acusado foi pronunciado pela suposta prática dos delitos tipificados nos arts. 121, § 2º, inciso II e III, combinado com o art. 29, *caput*, ambos do Código Penal; 244-B, *caput* e § 2º, da Lei 8.069/90; 211, c/c o art. 29, *caput*, ambos do Código Penal; 244-B, *caput*, da Lei 8.069/90; e 213, § 1º, e 226, inciso I, c/c o art. 29, *caput*, todos do Código Penal, tudo em concurso material e na forma da Lei 8.072/90.

Consta que o acusado teria, por motivo fútil (desentendimentos anteriores acerca de cachorro) e por meio cruel (utilizando machado), juntamente com seu filho menor de idade, ceifado a vida de uma das vítimas e, na tentativa de ocultar o cadáver, esquartejado o corpo. Ainda, que, sob grave ameaça exercida com uma faca e violência real, teria praticado conjunção carnal e sodomia com menor de idade (15 anos), que foi amarrada com o auxílio da corré.

Na ocasião da sentença, o Magistrado de piso manteve a segregação do réu, por entender mantidos os fundamentos do decreto primevo.

Inconformada, a defesa interpôs recurso em sentido estrito, ainda pendente de julgamento.

Nesta via, sustenta o impetrante, em síntese, a ocorrência de constrangimento ilegal consubstanciado no excesso de prazo para o julgamento do recurso interposto.

Assim, requer, liminarmente, a concessão do *writ* para que seja revogada a prisão preventiva.

**É o relatório.**

A concessão da tutela de urgência reserva-se aos casos excepcionais de ofensa manifesta ao direito de ir e vir e desde que preenchidos os pressupostos legais, que são o *fumus boni juris* e o *periculum in mora*.

Contudo, compulsando-se os autos, ao menos em um juízo perfunctório, verifica-se que as teses levantadas na inicial merecem melhor exame, a fim de, no momento processual devido, verificar-se a possibilidade de atuação de ofício deste Superior Tribunal.

De mais a mais, a motivação que dá suporte à pretensão liminar confunde-se com o mérito do *writ*, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da apreciação e do seu julgamento definitivo pelo colegiado.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Nesse sentido:

*AGRAVO INTERNO NO HABEAS CORPUS. DECISÃO QUE INDEFERE A LIMINAR. RECURSO INCABÍVEL. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. AGRAVO NÃO CONHECIDO.*

*1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de não ser cabível a interposição de agravo regimental contra decisão de relator que motivadamente defere ou indefere liminar em habeas corpus.*

*2. Não se verifica na decisão agravada manifesta ilegalidade a justificar o deferimento da tutela de urgência, tendo em vista que a análise do alegado constrangimento ilegal confunde-se com o próprio mérito da impetração e implica análise pormenorizada dos autos, devendo ser reservada à apreciação perante o colegiado, após manifestação do Ministério Público Federal.*

*3. Agravo interno não conhecido.*

*(AgRg no HC 393.765/PE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/04/2017, DJe 25/04/2017.)*

Diante do exposto, **indefere-se a liminar**.

Necessário sejam solicitadas informações ao Tribunal impetrado e ao Juízo processante, que deverão trazer aos autos notícias atualizadas acerca da situação prisional do ora paciente e do alegado excesso de prazo aduzido pelo impetrante, bem como, se houver, senha para acesso ao andamento do respectivo processo.

Com as informações, abra-se vista ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro Jorge Mussi  
Relator